



## ATA DA CENTÉSIMA QUINQUAGÉSIMA QUINTA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

### DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE 04.02.2016

Aos quatro dias do mês de fevereiro de dois mil e dezesseis, às dezoito horas e trinta minutos, no Plenarinho da Câmara de Vereadores do Município de Joinville, Rua Hermann August Lepper, 1100, Saguacú, realizou-se a centésima quinquagésima quinta Assembleia Geral Extraordinária do Conselho Municipal de Saúde. Conselheira Cleia Aparecida Clemente Giosole, Presidente do Conselho Municipal de Saúde (CMS), procedeu à abertura dos trabalhos, cumprimentando todos os presentes. Em seguida, passou a leitura da Pauta do dia: **1-EXPEDIENTES: 1.1** Apresentação e aprovação da pauta do dia – 5'; **1.2** Aprovação das atas das assembleias dos dias 27.04.2015, 25.05.2015 e 30.11.2015; **1.3** Comunicados e Informes da Secretaria Executiva – 15'; **2-ORDEM DO DIA: 2.1** – Informe sobre a Dengue – equipe da Vigilância em Saúde - 5'; **2.2** – Apresentação e Discussão referente ao Pacote de Medidas para Redução de Gastos anunciado pelo Executivo Municipal – Secretaria Municipal de Saúde – 60'. Os Conselhos Locais de Saúde (CLS) do Parque Joinville e do Vila Nova solicitaram inclusão de Pauta para tratar sobre a falta de médicos. **A Pauta e as inclusões de Pauta foram aprovadas pela maioria dos conselheiros presentes. As atas foram aprovadas pela maioria dos conselheiros presentes.** O secretário geral da Mesa Diretora, conselheiro Mário José Bruckheimer, passou à leitura dos Informes Gerais, conforme segue: **1)** Informamos que no dia **17.02.2016, quarta-feira, às 19h, no galpão da Paróquia Nossa Senhora do Perpétuo Socorro (Rua Almirante Jaceguay, 2818 – Costa e Silva)**, acontecerá uma reunião ampliada do Conselho Municipal de Saúde, com participação da comunidade que faça parte da área de abrangência do Pronto Atendimento PA Norte, para tratar do atendimento odontológico na Unidade; **2)** Ofício do Conselho Municipal de Saúde (CMS), solicitando à Secretaria Municipal de Saúde (SMS), informações referente a **transparência nas listas de espera do SUS**, para acesso do usuário do SUS, à informação por meio da transparência das listas de espera por consultas, exames e cirurgias, bem como serviços de saúde disponibilizados e prestados no âmbito do SUS. A Presidente completou dizendo que essa informação está sendo solicitada porque o CMS recebeu questionamento do Ministério Público; **3)** Ofício nº 022/2016/SMS/GAB (Gabinete), recebido em 15.01.2016, encaminhando solicitação de habilitação do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) para abrangência municipal, com competência financeira da Rede de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (RENAST), com objetivo de melhorar a autonomia do serviço. **O encaminhamento à Comissão Intersectorial da Saúde do Trabalhador (CIST) foi aprovado pela maioria dos conselheiros presentes;** **4)** Registro de ocorrência de usuário, relatando que sua mãe, paciente idosa de 63 anos, está internada no Pronto Socorro do Hospital Municipal São José (HMSJ), e reclamando da falta de espaço adequado para os cuidados e atendimento das necessidades de sua mãe, além da falta de fornecimento de certos medicamentos. A Presidente mencionou que além deste, o CMS tem recebido muitas reclamações referente a superlotação do HMSJ, e solicitou o encaminhamento à Comissão de Assuntos Externos (CAE). **O encaminhamento foi aprovado pela maioria dos conselheiros presentes;** **5)** Remanejamento do calendário de capacitação de conselheiros, considerando a demanda de eventos do Conselho Municipal de Saúde para o mês de fevereiro (duas assembleias extraordinárias, uma assembleia ordinária, e uma assembleia ampliada). A Comissão de Capacitação sugere que a primeira capacitação aconteça na data programada para o mês de março, sendo o dia **21.03.2016. A alteração foi aprovada pela maioria dos conselheiros presentes.** **6)** Ofício nº 04/2016/ ADIPROS

50 (Associação Diocesana de Promoção Social), indicando como representante suplente a  
senhora Analucia Ferreira Pinto Olah em substituição a conselheira Rosângela Sturba. **2.1**  
Senhora Nicoli Janaína dos Anjos, coordenadora da Vigilância Ambiental, passou os  
números referentes à Dengue no município. Citou que até o momento existem vinte um  
55 (21) focos positivos do mosquito, nos bairros Boa Vista, Itaum, Glória, Floresta, São  
Marcos, Costa e Silva, Nova Brasília e Zona Industrial. Informou que houve quatro (4)  
pessoas infectadas por Dengue, sendo que todas foram contaminadas fora do município.  
Pontuou que no próximo dia treze de fevereiro será feito um mutirão nos principais bairros  
com focos positivos, em parceria com o 62º Batalhão de Infantaria. A Presidente  
questionou se Joinville foi contemplado com a verba oriunda do Estado, específica para a  
60 Dengue. Senhora Nicoli afirmou que sim. A Presidente solicitou que na próxima  
assembleia fosse apresentado ao CMS qual o recurso recebido e quais ações serão  
tomadas com esse recurso. Nicoli informou também que foram contratados mais seis  
agentes, e que estão sendo comprados materiais, inclusive as motos, para que os esses  
agentes realizem seu trabalho. **2.2** Doutora Francieli Cristini Schulz, secretária municipal  
65 de saúde, cumprimentou a todos, e explicou que essa Pauta foi solicitada ao CMS, com  
objetivo de informar a todos os reflexos que a atual crise econômica está tendo no poder  
público, em especial na área da saúde. Passou a fazer a apresentação, conforme anexo I  
desta ata, seguida do senhor Fabrício Rosa, Gerente da Unidade Administrativa e  
Financeira (GUAF), do senhor Jean Rodrigues da Silva, Diretor Executivo, do senhor  
70 Mário José Bruckheimer, e do senhor Douglas Calheiros Machado, Gerente das Unidades  
de Atenção Básica (GUAB). **Manifestações:** conselheiro Gentil Coradelli parabenizou a  
equipe da SMS pela criatividade em procurar meios de continuar atendendo a população  
diante da crise que o país enfrenta. Perguntou se as alterações nos cargos de chefias  
precisam passar pelo Legislativo e, também perguntou como é feita a distribuição de  
75 exames entre rede pública e laboratórios terceirizados. Conselheiro Eliezer Alves da  
Costa demonstrou preocupação com os cortes citados em relação à limpeza e quanto ao  
corte na área da Vigilância, em especial diante do quadro de focos do mosquito da  
Dengue. Conselheiro Osmar Lopes expôs a situação da UBS do Parque Joinville, dizendo  
que já faltam médicos na Unidade, e que um dos médicos não terá seu contrato  
80 renovado. Expressou que os cortes são para novas contratações, mas que as renovações  
de contrato poderiam ser mantidas. Disse que para clínicos gerais, a Unidade está com  
apenas cinco (5) fichas por dia. Citou a Normativa que determina que deve ter uma (1)  
equipe para cada três mil (3.000) pessoas, e que o Parque Joinville está com meia equipe  
para dezoito mil (18.000) pessoas. Doutora Francieli explicou que na questão das chefias,  
85 como não foram criados novos cargos, não foi necessário a passagem pelo Legislativo.  
Explicou que outras Secretarias cederam funções gratificadas à Saúde, e reforçou que  
estes cargos são ocupados por servidores de carreira, e foram utilizadas na ponta.  
Referente à distribuição das cotas de exames, primeiramente informou que o número de  
três milhões apresentado não diz respeito apenas a exames laboratoriais, mas também  
90 exames de imagem. Explicou que existe um credenciamento aberto, e que qualquer  
instituição interessada pode a qualquer momento, se inscrever como prestadores de  
serviço da SMS, a preços de tabela SUS, desde que cumpra as determinações. Pontuou  
que as cotas são proporcionais à capacidade, a localização e assim por diante, e que  
muitas vezes a própria instituição determina o limite do número de exames que fará para  
95 o SUS. Referente ao corte na limpeza, disse que as Unidades passaram a otimizar o  
trabalho das serventes, e que até o momento não recebeu nenhuma reclamação de  
unidade suja, ou algo semelhante. Referente à Vigilância, esclareceu que não se trata da  
Vigilância em Saúde, e sim do vigilante que cuida dos prédios do patrimônio da Prefeitura,

100 e que esse corte foi possível também diante da criação da Guarda Municipal, além do  
aumento no número de postos de monitoramento eletrônico, o que ajuda a reduzir os  
custos sensivelmente. Considerou que os cortes são prioritariamente na área  
administrativa, e do profissional agente administrativo, evitando-se cortes de profissionais  
de saúde em si. Quanto ao caso do Parque Joinville, citou a Lei de Responsabilidade  
105 Fiscal, que veda à gestão a contratação de substituição de profissionais, a não ser em  
caso de aposentadoria e falecimento, e a renovação de contratos é encarada como nova  
contratação. Diante disso, a SMS vai ter que trabalhar em cima de remanejamentos.  
Reforçou que esta é a posição da Secretaria por recomendação da Procuradoria do  
Município, e que a contratação de seis (6) novos agentes de endemias foi feita por  
recomendação do Ministério Público (MP) do Estado, que recomendou a contratação de  
110 quatorze (14) profissionais, porém, não haviam mais pessoas a chamar do concurso  
público. A conselheira local de saúde Susana Staats, expôs a situação da Unidade de  
Saúde do Vila Nova, que conta com apenas dois clínicos gerais, para atender uma  
população de vinte e seis mil (26.000) habitantes. Disse que já estão sendo agendadas  
consultas para os meses de abril, maio e junho, e que alguns desses usuários acabam  
115 procurando atendimento no Pronto Atendimento (PA). Solicitou a contratação de um  
clínico geral reserva para a Unidade. Conselheiro Henrique Deckmann parabenizou a  
equipe, e pontuou que esteve em reunião com o governador, onde foi alertado que a  
situação ainda vai piorar. Pediu bom senso aos conselheiros e uma reflexão para se  
perceber a realidade que vivemos. Também citou um simulado que acontecerá no dia  
120 dezanove, às nove horas, com os oito municípios da região, com representantes da  
Saúde e da Defesa Civil, para se determinar o que fazer em caso de uma epidemia de  
dengue, tendo em vista principalmente o carnaval que se aproxima. Conselheiro Sérgio  
Duprat demonstrou preocupação com a migração do usuário de planos privados de saúde  
para o SUS, e exaltou a importância de um Conselho de Saúde deliberativo e da  
125 participação do usuário para interação com a gestão. Citou também que é importante  
conscientizar os pacientes sobre a importância de comparecerem às consultas. A  
Presidente falou que o assunto das faltas a consultas foi tratado em reunião com o  
Prefeito, com o objetivo de se procurar estratégias, como por exemplo uma campanha  
referente ao assunto. Doutora Tanyse expressou que a Constituição e a Lei de  
130 Responsabilidade Fiscal parecem ser incompatíveis, pois se por um lado a Constituição  
diz que *“a saúde é direito de todos e dever do Estado”*, a Lei de Responsabilidade Fiscal  
veda a gestão, *“mas se o paciente for lá e reclamar pro juiz, e dizer ‘eu vou morrer, eu  
preciso desse remédio’ o juiz vai mandar pagar, mesmo não tendo esse dinheiro”*,  
pontuou. Citou que os médicos endócrinos, a fim de agilizar os fluxos de pacientes, tem  
135 dado alta a pacientes com casos mais “simples”, para acompanhamento com o clínico  
geral, para dar prioridade a pacientes com casos mais graves. Falou da falta de  
medicamentos e de certas situações que estão sendo comentadas, porém, gostaria de  
saber a posição oficial, vindo da própria secretária, sendo elas: informação que não  
podem mais ser feitos encaixes de pacientes, de que não será mais feita a triagem, e de  
140 que os salários irão atrasar. A secretária respondeu que existe sim o risco de atrasar os  
salários e, citou que os Estados do Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro já estão atrasando  
salários, sendo que hoje ainda não existem provisões para o pagamento do mês de  
março. Mas garantiu que a prioridade da gestão é o pagamento de salários, *“porque a  
partir do momento que a gente não pagar salários, o sistema inteiro vai ruir, e não é só a  
145 saúde, é tudo”*, declarou. Afirmou que não acredita que este fato vá se concretizar, pois  
todo esforço da gestão é para que isso não aconteça, mas disse que o risco existe. Citou  
manchete veiculada na mídia de que a arrecadação com o IPTU chegou a sessenta

milhões de Reais (R\$ 60.000.000,00), mas disse que a folha de pagamento da Prefeitura por mês, custa aos cofres públicos sessenta e dois milhões de Reais (R\$ 62.000.000,00), ou seja, toda a arrecadação com IPTU no mês de janeiro, não é suficiente para cobrir a folha de apenas um mês. Quanto a falta de medicamentos, citou que no fim do passado houve uma séria falta de medicamentos devido aos atrasos nos repasses do Estado, e no início deste ano houve uma liminar que impediu o Prefeito de sancionar a Lei do Orçamento, que só foi revertido na Justiça há duas semanas atrás, a partir de quando o orçamento foi liberado, e que agora as coisas *“começam a entrar nos eixos”* expressou. Considerou que é impossível prometer que nunca haverá falta de medicamentos, até porque alguns medicamentos do elenco básico sofrem descontinuidade de fornecimento, mas que trabalham diariamente para que o número de faltas do elenco básico diminua e que existem boas perspectivas de que nas próximas duas semanas a situação se regularize. Quanto à triagem, disse desconhecer o fato, mas solicitou que o Gerente da AB senhor Douglas esclarecesse o assunto, e solicitou esclarecimento da Gerente da Unidade de Controle, Avaliação e Auditoria, senhora Vera referente ao questionamento dos encaixes. Respondendo à conselheira Susana, disse que não pode prometer a solução, mas prometeu uma avaliação para um possível remanejamento para que se disponibilize um clínico geral para a Unidade do Vila Nova. Concordou com o conselheiro Sérgio, dizendo que os dados sobre o absenteísmo são assustadores, chegando perto dos quarenta por cento (40%). Disse que a SMS chamou os usuários a comparecerem nas Unidades de Saúde em um sábado, para atualização de seus dados de contato, e apenas duzentas e cinquenta (250) pessoas compareceram. Expressou que essa ação não valeu a pena, portanto, está sendo desenvolvido um sistema de cadastramento on line, e que é preciso o engajamento da comunidade também. Falou que a aproximação citada pelo conselheiro é ideal, e que pensando nisso, foram criadas as microrregiões. Explicou que dentro das limitações financeiras da SMS, foi possível criar vinte microrregionais e três distritos de saúde, possibilitando uma aproximação da gestão para com o servidor e para com a população, com objetivo de trabalhar fortemente o acolhimento ao usuário dentro da Unidade de Saúde, para fortalecer o vínculo com o servidor e com a população. Conselheira Liliana Piscki Maes solicitou esclarecimentos quanto ao funcionamento do fluxo da ortopedia via AB através de videoconferência, se o clínico poderá adiantar um exame de raio de x, ou se o paciente precisará aguardar estes cinco dias para ter algum retorno. Conselheira Antônia Maria Grigol expressou que a videoconferência pode ser uma boa ferramenta, porém, questionou se já existem os protocolos clínicos estabelecidos, aprovados pelos Conselhos das entidades de classes. Cobrou a falta de materiais como papel higiênico, papel toalha, e placas para antibiograma no Hospital Municipal São José (HMSJ), e criticou o modelo de três distritais, alegando que é um modelo antigo e que leva em conta apenas a geografia, desconsiderando a vulnerabilidade das pessoas. Quanto à diminuição da verba para os Hospitais, declarou que o fato é positivo, e que acontecerá independente da crise financeira, pois o objetivo é a desmedicalização e o fortalecimento da AB. Demonstrou preocupação com o corte das onze mil consultas para os municípios da região, expressando que é preciso agir localmente mas pensar regionalmente, para otimizar recursos. Quanto às demissões dos agentes administrativos, pontuou que para compensação, os agentes comunitários de saúde (ACS) estão assumindo atribuições que não são de sua competência. Em relação à otimização dos carros, expressou que não deveriam ser cortados os carros da Estratégia da Saúde da Família (ESF), pois *“se a equipe não tiver no seu território visitas pra fazer, tem algum problema”* argumentou. Conselheiro Douglas expressou que *“nós, enquanto município de Joinville, juntamente*

com os cinco mil quinhentos e setenta (5.570) municípios desse país, estamos sendo vítimas de uma política econômica errada, não é só a saúde...nós da saúde estamos sendo apenas uma vítima, tanto quanto os outros, não somos uma ilha perdida na crise do país como um todo”. Discordou da conselheira Antonia, dizendo que o Ministério da Saúde vem retirando recursos da saúde há mais de dois anos, e que isso não ocorre pela desmedicalização e, declarou que “os melhores otimistas, estão dizendo que a crise vai até o final de dois mil e dezessete, então não é uma coisa simples”, portanto, considerou que o próprio servidor deve puxar por sua consciência, e economizar recursos, como por exemplo, o papel toalha, como faríamos em nossa casa. Referente ao questionamento da triagem de pacientes, falou que está sendo implantado o sistema eletrônico E-SUS, e citou o exemplo dos consultórios de pediatras particulares, onde não existem enfermeiros ou técnicos de enfermagem como auxiliares, e o próprio médico é quem faz a pesagem e medição das crianças, “estamos transferindo de volta para o profissional médico uma coisa que ele é que deveria fazer” expressou. Pontuou que a discussão referente ao assunto merece ir adiante, inclusive com a participação do usuário nesta discussão. A Presidente questionou como será inserido na prestação de contas a dívida citada na apresentação de dezesseis milhões de Reais (R\$ 16.000.000,00), e se o Estado já passou algum valor dos repasses atrasados. Referente ao organograma perguntou qual será o impacto para os usuários. Finalizou dizendo que não haverá tempo para a resposta a esses questionamentos, mas que fará os questionamentos por escrito e que isso pode ser discutido numa próxima reunião. Senhor Jean reforçou que todo o trabalho feito e pensado é com o objetivo de fortalecer a Atenção Primária e que é preciso se readaptar diante da nova realidade. A secretária declarou que vai aguardar os questionamentos. Nada mais havendo a tratar, a Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Joinville, conselheira Cleia Aparecida Clemente Giosole, deu por encerrada a centésima quinquagésima quinta assembleia Geral Extraordinária do Conselho Municipal de Saúde, às vinte horas e trinta minutos, da qual eu, Giseli Tamar Voltolini Teixeira, lavrei a presente ata que vai por todos assinada. Estiveram presentes os conselheiros: **Mário José Bruckheimer, Douglas Calheiros Machado, Alice Regina Strehl Torres, Marina Gonçalves Mendonça, Henrique L. Deckmann, Sirlei Margarida Mascarin, Heloísa Walter de Oliveira, Estela Mari Galvan Cuchi, Mauren da Silva Salin, Fabiana dos Santos Marcoski, Elisa Ana Garcia, Alexandra Marlene Hansen, Antônia Maria Grigol, Zelma Reichert Maria, Liliana Piscki Maes, Lisandra Carpes da Silveira, Cleia Aparecida Clemente Giosole, Antonio Coelho, Analucia Ferreira Pinto Olah Juarez Ladislau da Silva, Heloisa Bade, Romildo Marcos Letzner, Gentil Coradelli, Sérgio Duprat, Waldemar Hugo Windmuller, Marcos Antônio de Souza, Carmen Dalfovo Kohler, Ralf Gnich, Osni Leopoldo Batista, Orlando Jacob Schneider, Osmar Lopes, Eliezer Alves da Costa**, dois representantes de Conselhos Locais de Saúde, representantes da Secretaria Municipal de Saúde, da Vigilância em Saúde, da Vigilância Ambiental, do CEREST, das UBS Saguazu e Bom Retiro, da 23ª Gerência de Saúde, do NAIPE e do CAPSI .